

BEIRA DO RIO

EDIÇÃO ESPECIAL - MEMÓRIA E CONFLITO

UFPA • ANO XXXIV • N. 6

DEZEMBRO E JANEIRO • 2019/2020

ISSN 1982-5994

Os Munduruku do Planalto Santareno resistência, identidade e território



A experiência da resistência: território não é mercadoria

A exploração indiscriminada dos recursos naturais da Amazônia vem ocorrendo ao longo de vários séculos, e os povos indígenas representam a resistência aos efeitos nocivos dessa exploração. No caso do Planalto Santareno, esse processo não foi diferente: a história contada pelos indígenas *Munduruku* do Planalto é marcada por episódios de violência e sofrimento, assim como por bravura, firmeza e determinação. Um dos efeitos nocivos dessa exploração foi a tentativa de apagamento ou ocultamento da presença indígena na região em questão, cuja resistência, ao longo dos anos, construiu-se com o processo de ressignificação das culturas, ou seja, dos modos de existir em relação com diversos povos.

A paisagem do Planalto Santareno foi modificada, como contam as lideranças *Munduruku*, testemunhas desse processo: “Antes, era tudo mata; depois, o patrão derrubou e plantou seringa; depois, derrubou e transformou em pasto, fazenda de gado e, agora, ultimamente, tudo tá virando soja”. Hoje, o veneno empregado no cultivo da soja “acaba com a roça”, com as nascentes de igarapés e rios, deixando um rastro de doenças. A ideia que esses indígenas trazem para reflexão é a de que eles estão encarcerados na própria aldeia e, assim, seu direito ao livre trânsito é reduzido e a reprodução de suas práticas culturais é ameaçada.

A sexta edição especial do *Jornal Beira do Rio*, em parceria com o Projeto Desigualdades, Violências e Violações de Direitos Humanos na Amazônia Brasileira, tem como objetivo compartilhar com os leitores essa experiência dos *Munduruku* do Planalto Santareno, trazendo relatos de lideranças que resistem a esse processo histórico de violência e violação de direitos.

Atualmente, as aldeias *Munduruku* do Planalto Santareno passam por uma situação de encercamento, com o avanço do agronegócio na região. Neste movimento, as fazendas de cultivo de soja se expandem e expulsam gradativamente os indígenas, caracterizando um processo chamado esbulho da terra. Isso significa que o acesso ao território dos *Munduruku* do Planalto é restringido cada vez mais: a redução drástica das suas áreas de plantio; o desaparecimento das águas; o envenenamento dos solos e das roças, pela utilização de agrotóxicos; a privação de áreas de floresta que possuem valor simbólico e o uso coletivo nas práticas culturais desses indígenas, como locais de caça, de coleta de ervas, óleos e cascas para produção de remédios e locais sagrados, entre outros.



Placa de boas-vindas com a expressão “bom dia”, na língua *Munduruku*, na frente da escola de ensino fundamental da aldeia Açaizal.

A partir de 2018, a situação desses indígenas tem se tornado cada vez mais difícil: muitos embates são travados com seus antagonistas, e o cenário político e governamental não se mostra favorável à luta e à presença *Munduruku* na região. Espero que este texto seja um convite para que os leitores reflitam sobre a importância desse grupo e como podemos aprender com eles a não nos deixarmos abater pela tentativa de desmantelamento da democracia neste país.

Boa leitura!
Katiane Silva (UFPA)

A luta dos *Munduruku* do Planalto Santareno

Foi num contexto repleto de inquietações em que conheci, ano passado, em trabalho de campo, as lideranças *Munduruku* do Planalto (autodenominação) e o trabalho que elas vêm desenvolvendo para permanência e resistência em seu território de ocupação tradicional. Eles vivem em quatro aldeias ou comunidades: Açaizal, Ipaupixuna, São Francisco da Cavada e Amaprador, localizadas entre o lago Maicá (Baixo Rio Amazonas), nas proximidades da Fazenda Taperinha, e a rodovia estadual Santarém-Curuá-Una, PA 370, uma região que compreende uma extensão do Planalto Santareno, no município de Santarém (PA). Lá, eles desenvolvem a agricultura, a pesca, a criação de animais e (alguns) prestam serviços em fazendas dos arredores.

Os *Munduruku* não formam um grupo homogêneo que ocupa um espaço determinado da Amazônia. Há diferenciações entre grupos de acordo com os seus contextos de interação e de situações históricas, muitas vezes caracterizadas por violências, conflitos e esbulho territorial. Afinal, são mais de quinhentos anos de história de resistência na formação do que compreendemos hoje por Brasil.

No caso dos *Munduruku* do Planalto Santareno, eles se organizam e lutam pelo reconhecimento de seu território e da sua identidade étnica, oficialmente, des-

de o início dos anos 2000, coincidindo com o processo de reivindicação territorial indígena no Baixo Tapajós. Esse movimento de reivindicação territorial dos indígenas soa como uma afronta aos grandes empreendimentos que vêm avançando na região: a tentativa de construção de um porto de escoamento de grãos no lago do Maicá e o avanço da produção de soja.

Nessa região, há também a presença das comunidades quilombolas do Tiningu, Murumuru e Murumurutuba. Uma liderança da aldeia Açaizal chamou atenção para a organização e a aliança desses grupos (que superaram situações conflituosas) contra o projeto colonizador para essa região da Amazônia, que vem se constituindo com base na violência, tanto física quanto simbólica, como elemento constituinte da domesticação e exploração dos recursos naturais.

Atualmente, essa ameaça à presença dos *Munduruku* em seu território é representada pela ação dos *sojeiros*, empresários do ramo do agronegócio, provenientes de outros estados do Brasil, que se estabeleceram no início dos anos 2000 no território ocupado pelos *Munduruku* e por quilombolas.

As lideranças da aldeia Açaizal contam que, antes da chegada massiva desses empresários, os *Munduruku* não tinham preocupações com degradação ambiental,

pois havia imensas áreas de floresta ao redor da aldeia Açaizal:

A gente vivia bem. Tínhamos roçado. A partir do momento que os grandes sojeiros passam a ocupar e se apossar do nosso território, eles passaram a impedir o nosso uso desse território, que sempre foi nosso. Grande parte das árvores que tinha aqui eles começam a derrubar pra introduzir o plantio da soja. Aí a gente começou a ver com uma preocupação, a gente começou a sentir na pele a preocupação ainda maior: porque aquilo que era natural da gente usar, passou a ser restrito.

A partir do momento em que perceberam a restrição de seu direito a existir no território, os *Munduruku* passaram a resistir. Uma jovem liderança do Planalto e seus companheiros passaram por diversas situações difíceis na mobilização para a defesa da permanência indígena no território. Em 2004, a aldeia Açaizal sofreu com o assoreamento de seu igarapé e com o envenenamento de nascentes por agrotóxicos. Os *Munduruku* solicitaram a presença de órgãos oficiais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (IncraNCRA) para que solucionassem a situação. Não houve uma resolução efetiva.

Parcerias para enfrentar a expansão da fronteira agrícola

Em agosto de 2007, foi fundada a Associação Indígena de Açaizal, que deu continuidade às solicitações de apuração da situação do único igarapé da aldeia. Assim, foi encaminhado um processo de organização associativa em parceria com o Movimento Indígena do Baixo Tapajós e com o Movimento Quilombola, apesar dos conflitos territoriais, muitas vezes fomentados pelos inimigos. Juntos, eles sustentaram ações de denúncias contra a destruição do seu território em órgãos como o Ministério Público Federal (MPF).

A expansão dessa fronteira agrícola no Planalto se intensificou com o estabelecimento de um porto administrado por uma empresa multinacional, que escoar grãos, via BR-163. Desde então, há cerca de 10 anos, as aldeias do território do Planalto têm sido pressionadas por empresários do agronegócio.

Um dos grandes empreendimentos que representou ameaça aos *Munduruku* do Planalto e aos quilombolas foi a tentativa de construção do Porto do Maicá, localizado no lago de mesmo nome, com o objetivo de escoar a produção da soja. A Empresa Brasileira de Portos de Santarém (Embraps) capitaneou este processo e, desde 2013, vem travando embates com as lideranças locais para a construção desse corredor de escoamento de grãos. Em sentença de 5 de outubro de 2019, a Justiça Federal proibiu a continuidade dos procedimentos de construção

do terminal portuário do lago do Maicá.

Esse resultado foi possível, principalmente, pela pressão que os coletivos indígenas e quilombolas fizeram contra a construção do empreendimento, destacando-se as manifestações de mulheres indígenas e quilombolas contrárias à construção do porto. Outra iniciativa foi a produção coletiva de autodemarcação territorial e de protocolos de consulta, que vinham ocorrendo desde meados de 2010.

Os *Munduruku* realizaram um processo de autodemarcação, em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), e de construção do Protocolo de Consulta dos Povos Indígenas *Munduruku* e *Apiaká* do Planalto Santarém, lançado em março de 2017. O documento tem como objetivo estabelecer os “critérios formais criados a partir de direitos previstos legalmente para sermos consultados na hipótese de viabilidade de planos ou projetos que possam pôr em risco a vida e a cultura das famílias que vivem nas aldeias” (p. 3).

Após alguns anos de pressão dos indígenas sobre os órgãos públicos, em 2012, a Fundação Nacional do Índio (Funai) realizou um estudo chamado “qualificação preliminar”, a respeito do território demandado pelos *Munduruku*. As principais demandas apresentadas no relatório de qualificação foram: a urgência no estabele-

cimento de um processo de demarcação da Terra Indígena do Planalto e a mediação de conflitos entre indígenas, fazendeiros e *sojeiros*.

Nesse mesmo ano, os *Munduruku* produziram um documento e encaminharam-no ao Ministério Público Federal, com o objetivo de reafirmar sua existência e denunciar as ameaças ao seu território: o assoreamento e a contaminação (por agrotóxicos utilizados no cultivo da soja) do igarapé Açaizal; a contaminação e a morte de animais; a contaminação do ar (mediante pulverização dos agrotóxicos); a pressão de fazendeiros (por meio do assédio para compra de terras); a grilagem (mediante o “cercamento” das aldeias); o desmatamento para plantio da soja; o impedimento da mobilidade espacial e a obstrução do direito de ir e vir com a construção de cercas e a vigilância dos limites arbitrados; bem como a sistemática destruição das áreas consideradas sítios arqueológicos.

O período de plantação e borrifação de agrotóxicos ocorre entre janeiro e junho. Durante esse tempo, vários problemas de saúde foram relatados pelos *Munduruku* do Planalto: diarreias e doenças intestinais, surtos de leishmaniose e dores de cabeça. Outra situação recorrente é a proliferação de mosquitos, como consequência do desmatamento de espécies de vegetação importantes, inclusive para a nutrição local, como a derrubada dos açaizais.

Em 2015, o MPF recomendou à Funai providências necessárias para a criação de um Grupo Técnico Multidisciplinar para a realização de estudos que embasassem a identificação e a delimitação do Território Indígena *Munduruku* do Planalto Santareno. A resposta da Funai para essa recomendação foi uma negativa à recomendação, pois não possuía corpo técnico e mecanismos de contratação para o desenvolvimento desse trabalho.

O documento produzido pelos *Munduruku* em 2012 e outros documentos acadêmicos e técnicos compuseram as bases utilizadas na peça jurídica elaborada pelo MPF, a Ação Civil Pública de maio de 2018, cujo objetivo é “sanar injustificada e reiterada omissão dos réus em adotar medidas administrativas necessárias à identificação e à delimitação do território do povo indígena *Munduruku*, no município de Santarém/PA” (MPF, 2018, p. 2).

As iniciativas de resistência dos *Munduruku* reverberaram entre os *sojeiros*, que pressionaram cada vez mais os indígenas a deixarem seu território. Uma das estratégias deles, segundo lideranças da aldeia Açaizal, foi fomentar disputas prévias entre os diversos grupos que vivem na região:

Enquanto nós estávamos discutindo entre nós [indígenas e quilombolas], os *sojeiros* se aproveitaram e acabavam infiltrando ideias erradas dentro do nosso povo. Hoje, a gente sabe que somos irmãos, que estamos todos juntos e na hora que o quilombola precisar do nosso apoio, a gente tá aí e, quando a gente precisa deles, eles estão aí pra nos apoiar.

A tentativa de incorporação dos *Munduruku* do Planalto e dos quilombolas em lógicas de relações de poder fortaleceu o preconceito e o racismo contra os próprios indígenas e quilombolas e facilitou o processo de expropriação de territórios. Esta é uma estratégia que ocorre desde o período colonial, quando os europeus tomaram territórios e exterminaram diversos grupos étnicos com técnicas de desarticulação de grupos, ao fomentar conflitos prévios.

Essa relação de conflitos e alianças entre os *Munduruku* e os quilombolas nos remete às diversas iniciativas de exploração de recursos naturais na Amazônia e a um discurso produzido sobre a “vocaçãõ” para a região. Se recuarmos um pouco no passado, encontramos produções de naturalistas viajantes que escreveram sobre essa



Lago do Maicá, localizado na região do Baixo Amazonas

“vocaçãõ”. O naturalista estadunidense Herbert Huntingdon Smith visitou a fazenda Taperinha, no século XIX, localizada às margens do lago Maicá, registrando a presença de indígenas e de negros e, entre outras, descrições, já apontava para um projeto colonizador da região. Em seu livro *The Amazons and the Coast*, publicado em 1879¹, ele escreveu:

Estou seguro de que as províncias do norte deverão eventualmente ser a maior região agrícola do Brasil, não só por causa de sua produtividade, mas porque estão mais próximas da Europa e da América, os grandes mercados. E depois, há as vantagens dos cursos d’água sem rival pra a comunicação interna: de fato, a região parece adaptada pela natureza para uma comunidade agrícola. (p. 153)

Esse discurso está alinhado à versão atual da exploração dos recursos naturais para um suposto progresso da nação brasileira. No entanto ele não considera a existência dos povos tradicionais, que não apenas ocupam essas áreas, mas também vivem, produzem e constroem suas redes de relações sociais, políticas e cosmológicas no território, como demonstra uma liderança *Munduruku*:

No decorrer desses anos, a gente teve grandes embates, confrontos mesmo: paramos trator, denunciemos as irregularidades e destruição de sítios arqueológicos, assoreamento de igarapés... tudo isso. A pressão vem muito rapidamente e a gente acaba tendo que fazer alguma coisa, senão a gente acaba sendo sufocado por essa ação e sendo pisoteado por esses grandes empreendimentos.

1 Citado no livro *Taperinha: histórico das pesquisas de história natural realizadas em uma fazenda da região de Santarém, no Pará, nos séculos XIX e XX*, organizado por Nelson Papavero e por William Overal, publicado em 2011, pelo Museu Paraense Emílio Goeldi.

Ameaças e negação da identidade étnica

No ano de 2018, as ameaças aos *Munduruku* do Planalto se intensificaram, pois houve um alinhamento dos produtores de soja a um dos candidatos à presidência que afirmou publicamente: “Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola”, em discurso de pré-campanha eleitoral.

As intimidações e as ameaças que os *Munduruku* do Planalto sofrem se efetivam em diversos modos de negação da identidade étnica e, conseqüentemente, dos seus direitos, por vários segmentos da sociedade local. Essa negação é baseada em ideias produzidas a partir de imagens de um “índio genérico”, que deveria corresponder a padrões irrealistas, ainda presos nos exemplos coloniais. Em uma reunião realizada na aldeia Açaizal, em janeiro de 2018, organizada pelo Ministério Público Federal, com o objetivo de discutir a regularização fundiária e as denúncias de crimes ambientais no território dos *Munduruku* do Planalto, instaurou-se um clima tenso, quando alguns representantes dos empresários do agronegócio compareceram e exigiram a participação destes.

Outra situação tensa, relatada pelos *Munduruku*

do Planalto e reportada em alguns sítios da internet, foi a visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), realizada em novembro de 2018, também na aldeia Açaizal. O propósito principal dos membros da comissão nessa reunião era ouvir e registrar os depoimentos dos *Munduruku* a respeito dos conflitos e das ameaças que estavam sofrendo.

Os presentes na reunião foram surpreendidos novamente com a chegada de empresários e representantes dos *sojeiros*, que abordaram alguns membros da Comissão, questionando a presença deles no local e a importância da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Nesta ocasião, um dos empresários agrediu uma indígena que registrava com o celular a abordagem dos empresários aos membros da CIDH. Ela registrou Boletim de Ocorrência, entretanto nada foi apurado até o momento, conforme relato da indígena.

Em maio de 2019, por meio da Portaria nº 008/2019, foi criada a Comissão Especial de Estudos Parlamentares sobre a proliferação de grupos e territórios étnicos no Município de Santarém. A Comissão, composta por cinco vereadores dos par-

tidos PPS, PSL, PRP, PSDB e PSB, foi demandada pelo Sindicato Rural de Santarém (Sirsan) e tem como objetivo estudar as “abundantes evidências existentes sobre o processo de manipulação identitária e das crescentes reivindicações de territórios étnicos em Santarém”, conforme Ofício Sirsan nº 036/2019, de 15 de março de 2019. Tal iniciativa demonstra que o contexto do município de Santarém, em termos de políticas para os povos indígenas, é marcado por disputas também político-partidárias que se alinham com o empresarial local.

Os desafios são muitos e estão articulados com diversos segmentos da sociedade: econômicos, político-partidários e administrativos. O fato é que os governos não toleram a presença e a resistência de grupos como os *Munduruku* do Planalto, pois essa presença-existência remete à agência e à resistência de mais de quinhentos anos de história de conflitos. Dvidar da existência desses povos na Amazônia implica acreditar no projeto de destruição da região que avança cada vez mais. E essa dúvida não cabe aos *Munduruku* do Planalto, pois eles seguem na luta, fazendo alianças e defendendo o seu território.

Proposta de atividade

Para compreender o processo de exploração dos recursos naturais da Amazônia e a resistência dos povos indígenas no Baixo Amazonas e no Baixo Tapajós, reúna um grupo de amigos, estudantes ou pesquisadores e assista ao documentário *Os povos do Tapajós na rota da soja*.

Esse vídeo faz um retrato sobre a situação dos povos que vivem nas proximidades do rio Tapajós e a resistência desses povos à chegada dos “grandes empreendimentos”, como hidrelétricas e portos graneleiros.

Após assistir ao vídeo, organize um debate com os participantes, baseando-se nas seguintes questões:

1 - Identifique e descreva a diversidade de povos do Rio Tapajós.

2 - Aponte e discuta os principais efeitos sociais que os povos do Rio Tapajós apresentam no vídeo.

3 - Ao final, o grupo pode produzir um texto crítico e um mapa dos conflitos e das resistências desses povos.



Farmácia de remédios tradicionais (Aldeia Açaizal)



Roça (Aldeia São Francisco da Cavada)



Escola de ensino fundamental (Aldeia Açaizal)



Cultivo de soja nas proximidades das aldeias Munduruku do Planalto

Para saber mais sobre a luta dos Munduruku

Assista

- Ao documentário *Os povos do Tapajós na rota da soja*, elaborado pela Fase e pela ActionAid Brasil, com produção do Criar Brasil.

Leia

- **Ação Civil Pública com pedido de tutela provisória de urgência.** Santarém, 2018, produzida pelo Ministério Público Federal. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2018/acao_mpf_identificacao_delimitacao_territorio_munduruku_planalto_santareno_pa_maio_2018.pdf/view.

- **Protocolo de consulta dos povos indígenas Munduruku e Apiaká do Planalto Santareno.** Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documentos/0hd00051.pdf>

- **Taperinha.** Organizado por Papavero, N. e W. Overal e publicado pela Editora do Museu Paraense Emílio Goeldi, 2011.

- **Brazil: The Amazons and the Coast**, de Herbert Huntingdon Smith. New York: Charles Scribner's Sons, 1879. Disponível em: <https://ia600909.us.archive.org/17/items/brazilamazonscoa00smit/brazilamazonscoa00smit.pdf>

- **Nova cartografia Social da Amazônia - 1 - Território indígena Munduruku do Planalto Santareno.**

Referências utilizadas para esta edição

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – MPF. Ação Civil Pública com pedido de tutela provisória de urgência. Santarém, 2018. Disponível em: http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2018/acao_mpf_identificacao_delimitacao_territorio_munduruku_planalto_santareno_pa_maio_2018.pdf/view. Acesso em: 15 de junho de 2018.

PAPAVERO, N. e W. Overal (org.). Taperinha. Ed. Museu Paraense Emílio Goeldi, 2011.

SMITH, H. H. Brazil: The Amazons and the Coast. New York: Charles Scribner's Sons, 1879.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Assessoria de Comunicação Institucional - ASCOM/UFPA
JORNAL BEIRA DO RIO - cientificoscom@ufpa.br
Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto
Rua Augusto Corrêa n.1 - Prédio da Reitoria - Térreo
CEP: 66075-110 - Guamá - Belém - Pará
Tel. (91) 3201-8036
www.ufpa.br

Projeto Desigualdades, Violências e Violações de Direitos Humanos na Amazônia Brasileira. Texto e fotos: Katiane Silva. Este conteúdo é preparado pelas/os pesquisadoras/es do Projeto Desigualdades, Violências e Violações de Direitos Humanos na Amazônia Brasileira, apoiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (Capes), via Edital No. 12/2015 - Memórias Brasileiras - Conflitos Sociais.

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho; Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva; Secretário-Geral do Gabinete: Marcelo Galvão; Pró-Reitor de Ensino de Graduação: Edmar Tavares da Costa; Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio; Pró-Reitor de Extensão: Nelson José de Souza Jr.; Pró-Reitora de Relações Internacionais: Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira; Pró-Reitor de Administração: João Cauby de Almeida Jr.; Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional: Raquel Trindade Borges; Pró-Reitor de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal: Raimundo da Costa Almeida; Prefeito Multicampi: Eliomar Azevedo do Carmo. Assessoria de Comunicação Institucional - ASCOM/ UFPA. Direção: Prof. Luiz Cezar Silva dos Santos. JORNAL BEIRA DO RIO. Edição: Rosyane Rodrigues (Z.386-DRT/PE); Fotografia da capa: Katiane Silva; Projeto Beira On-line: TI/ASCOM; Atualização Beira On-Line: Rafaela André; Revisão: Elielson Nuayed e Júlia Lopes; Projeto gráfico e diagramação: Rafaela André; Marca gráfica: Coordenadoria de Marketing e Propaganda CMP/Ascom; Tiragem: Mil exemplares. © UFPA, Dezembro/Janeiro, 2019/2020.